

O Governo Bolsonaro e a Guinada de um Sujeito Universal: discursos, patrimônios e identidades

Luciano Chinda Doarte¹

Resumo: O presente trabalho analisa as falas do então ministro da Educação, Abraham Weintraub, e da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, durante a reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Percebendo como o discurso destes agentes representam como o governo Bolsonaro atua em favor de um modelo universalista de brasileiro em detrimento da diversidade cultural. Ilustra-se esta análise com a preservação da cidade de Diamantina/MG e com os poucos itens culturais afro-brasileiros tornados patrimônio até o início do século XXI.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Brasileiro; Cultura Afro-brasileira; Raça e racismo no Brasil; Políticas Culturais; Identidade; Governo Bolsonaro.

The Bolsonaro government and the yawning of a universal subject: speeches, heritage and identities

Abstract: This paper analyzes the speeches of the then Minister of Education, Abraham Weintraub, and the Minister of Women, Family and Human Rights, Damares Alves, during the ministerial meeting on April 22, 2020. Realizing how the speech of these agents represent how the Bolsonaro government works in favor of a universalist model of Brazilians at the expense of cultural diversity. This analysis is illustrated with the preservation of the city of Diamantina / MG and with the few Afro-Brazilian cultural items that became heritage until the beginning of the 21st century.

Keywords: Brazilian Cultural Heritage; Afro-Brazilian Culture; Race and Racism in Brazil; Cultural Policies; Identity; Bolsonaro Government.

Introdução

O governo Jair Bolsonaro, como outros, faz referência a um sujeito universal, em discursos, falas públicas e/ou comentários em redes sociais. Essa talvez seja uma condição incontornável dos Estados democráticos, próprios da modernidade ocidental. Portanto, um Estado-nação constituído e reconhecido precisa de um corpo de população unida, uma totalidade enquanto categoria política – o *Povo* de Giorgio Agamben (2017) –, por diferentes motivos e com variados instrumentos, formando um corpo nacional. O sujeito universal não é uma elucubração despropositada praticada pelos discursos de poder desde, especialmente, o pensamento moderno que consolidou as práticas republicanas dos Estados-nação, porque “isso significa que a criação do ‘sujeito universal’, figura estratégica para o pensamento moderno,

¹ Mestrando em História (UFPR). Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de São José dos Pinhais (COMPAC/SJP). Professor-coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPC). E-mail: lucianochinda.lcd@gmail.com

corresponde a um movimento epistemológico e, simultaneamente, ideológico-político (talvez mais próprio fosse dizer mítico) [...]” (SOARES, 1993, p. 110). Este sujeito universal pode ser o “brasileiro”, o “cidadão”, o “indivíduo portador de direitos”, o que quer que estas coisas possam significar a cada tempo.

Todavia, hoje em dia, como é possível identificar rapidamente nas falas públicas ou publicizadas do presidente Jair Messias Bolsonaro e outros membros de seu governo, o sujeito universal – a carga de reconhecimento de existência e dignidade atribuída politicamente às pessoas – por eles operado é menos democrático, é de menor alcance sobre o corpo social do país, é mais restritivo e definido, reduzindo quem pode, então, sentir-se representado ou se reconhecer nas menções governamentais ao “cidadão [de bem]”, por exemplo.

Esse tema não se constitui como problema, nesta análise, apenas pela redução do alcance da referência do pronome “nós”, ou porque há muito, mesmo antes das eleições, está nítido que o governo maneja a política e os cargos em favor desse estabelecido “normal” para ele e por ele mesmo, mas sim, especialmente, porque o foco desta leitura está no reconhecimento da diversidade e nas possíveis implicações que isso tem na produção, manutenção e articulação de patrimônios. Também como o Estado republicano e democrático e com a pretensão de um sujeito sem identidade definida porque universal, o patrimônio cultural é produto-produtor da modernidade e tem seu funcionamento vinculado ao próprio Estado e à consolidação de um sujeito universal.

Sobre estes temas, concomitantemente, recai uma gestão ideológica e inerentemente epistêmica que no contemporâneo brasileiro a partir de 2019 choca-se com as propostas praticadas na história imediatamente recente. Com isso se quer dizer que a atual guinada em favor de uma atomização do sujeito universal, de sua defesa, encontra em seu passado recente uma prática muito diferente, que era em favor da diversidade e, se não em seus reconhecimentos e endossos em diferentes esferas, ao menos no horizonte comum operado pelo Estado acerca da possibilidade da diversidade garantida publicamente, do respeito e da dignidade.

É com foco nesta articulação política e epistêmica que esta análise debruça-se em duas falas específicas da reunião ministerial de 22 de abril de 2020 (tornada pública um mês após sua realização pelo ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal) e considera, a partir de então, as possíveis imbricações das falas do primeiro escalão do governo, e dos seus agentes de então, no campo do patrimônio cultural como forma de defesa de um modelo ideal de indivíduo, de cidadão em detrimento da defesa da diversidade sociocultural brasileira que, até pouco tempo, no percurso histórico, recebeu importantes garantias após duras lutas.

A raça como marcador incontornável

A guinada em favor de um sujeito universal, de um modelo ideal de indivíduo – que siga os “valores” tão defendidos pela ideologia do governo Bolsonaro – acusa alguns pontos que enfraquecem a democracia brasileira e sua necessária defesa e construção diária. O primeiro deles é a desconsideração da cultura enquanto algo em constante construção e reformulação a partir da convivência dos indivíduos e dos grupos com os equipamentos, valores, lugares e todo o mais formativo de uma cultura. É, neste caso, um descrédito à ideia de que a estrutura social não é homogênea e formada por atores sociais que ocupam papéis diferentes e desiguais (VELHO, 2013, p. 45) em caráter de formação identitária no meio social. Difundindo uma essencialização dos indivíduos, do corpo social e da prática político-pública, a ideologia do governo impede o livre desenvolvimento autônomo dos indivíduos e o papel do Estado de preservação dessa possibilidade e da dignidade social da diversidade. É nesta esteira que atualmente há nove terreiros

tombados pelo IPHAN (todos no Nordeste) – após muito esforço e muitas lutas para o reconhecimento e dignificação desses espaços como cultura – enquanto é muito fácil encontrar de Norte à Sul do país templos religiosos cristãos tombados, mormente os templos católicos.

Outro ponto reproduzido na prática do governo Bolsonaro é a reprodução do racismo estrutural. Para Silvio Almeida o racismo:

[...] é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertencam (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Com isso, o racismo, enraizado na estrutura da sociedade, em todas as suas searas, desde a dominação europeia no caso do Brasil, é reproduzido nos atos mais inconscientes do cotidiano. Não só nos modelos museológicos, patrimoniais, jurídicos e educativos, mas, em especial nesta análise, de modo elucidado e nítido no discurso dos ministros citados. É não apenas qualquer tipo de ocasionalidade pelo percurso histórico escravagista (o que jamais será motivo), mas escolha política consciente de assimilação, de silenciamento, de depreciação da dignidade cultural em favor de uma “evangelização epistêmica” operada por toda a estrutura pública e privada que constitui as relações sociais à revelia das conquistas alcançadas a partir do fim do regime escravagista, o que não deu aos negros brasileiros o caráter de cidadão por si só, por sua existência enquanto tal, como aponta Antonio Sérgio Alfredo Guimarães: “Mas a liberdade assim conquistada não se traduziu [...] em cidadania política ativa, apenas deslanchou o processo de construção nacional, em que tais indivíduos eram mais objetos assujeitados que sujeitos” (GUIMARÃES, 2018, p. 61-62).

Ainda, aponta também para a manutenção da colonialidade acusada pelos teóricos latino-americanos decoloniais. A colonialidade é, na teoria decolonial, um resíduo do colonialismo praticado pelo mundo euro-estadunidense na América Latina. Diferente do colonialismo de modo prático, a colonialidade não se encerrou com as independências regionais latino-americanas, reproduzindo-se pelo esforço da dominação ocidental moderna sobre diferentes territórios do mundo, mas também pela assimilação principalmente por parte das elites locais sobre os valores, preceitos e projetos eurocentrados. É nesta chave de leitura que se propõe a compreensão da existência de um governo brasileiro que, com base no que foi apresentado, reproduz as intenções do sistema-mundo colonial moderno. O fator racial, em específico, se apresenta desde o século XV como um impedimento à realização dos Estados latino-americanos como Estados plenos no sentido moderno em democracia social (QUIJANO, 2005, p. 136) e, assim sendo, gera incoerências para a atuação estatal democrática prometida e o que se realiza na prática. Reproduzindo a colonialidade – face oculta e sempre presente da modernidade – o governo brasileiro desprestigia alguns, os negros, em favor da consolidação do “povo brasileiro” enquanto tal que, como apresentado, é inerentemente nesta epistemologia vigente branco, masculino e de valores cristãos radicalizados.

Apontando ainda para o caráter de uma prática extremamente racializada, tanto nas falas do então primeiro escalão do governo federal brasileiro aqui destacadas quanto na prática histórica da patrimonialização, é importante percebermos a dinâmica da visualidade. Como apontou Oyèrónkẹ-Oyèwùmí, há na cultura eurocentrada um “privilégio ocidental do visual sobre os outros sentidos” (2002, p. 20), e isto define certas regras do jogo em uma sociedade profundamente mantenedora das desigualdades coloniais sobre o marcador da raça. Ao mesmo tempo, é venal termos em vista que “o patrimônio possui um caráter visual/narrativo que compõe as práticas da cultura da preservação” (SANTIAGO JUNIOR, 2020, p. 117) e que, portanto, a narratividade a partir das imagens dadas ou construídas é de suma importância para o entendimento das afetações e das ações do patrimônio no meio social. E ao mesmo tempo em que é visual, o patrimônio define ícones em nome do todo, operando um sujeito universal, a partir da ação de agentes com validação social para fazer este trabalho (como técnicos, pelo conhecimento, e políticos, pela

representatividade), com base em valores como “nação, classe, etnia, raça, gênero, sexualidade e outros” (Ibid., p. 118, grifo meu). A própria atividade de seleção, com isso, é geopoliticamente posicionada no quesito produção de conhecimento. E, retomando Marie-José Mondzain, “quem recusaria hoje ver na imagem o instrumento de um poder sobre os corpos e os espíritos?” (2009, p. 11). Assim sendo, as imagens e os modelos estéticos criados, bem como a operação da proposta de um sujeito universal, não são por acaso ou acontecem de forma despercebida pelas esferas de articulação de poder.

Isto posto, esta análise final se volta exclusivamente para o fato de que o patrimônio, os discursos de validação da cultura, a extensão da possibilidade de dignidade cultural a todos os atores sociais possíveis (como parece ser a proposta desde a democracia e o uso do conceito antropológico de cultura) e também, na via oposta, a sua não operação, passam também, e muito marcadamente na cultura ocidental, por certa análise estética visual. No caso de uma estrutura racializada, racista, violenta a partir da raça e ao mesmo tempo produtora de patrimônios culturais em nome da totalidade, em nome do *Povo* (o que quer que isso seja em cada referência), a realização do patrimônio será também voltada à estética branca, eurocentrada e de estética ocidental. Não produzir patrimônios culturais negros, museus que contem a história negra por si (com resistência, formas de associação etc.) ou dificultar que isso se dê não é mero acaso ou desvio da proposta patrimonial. Com base no racismo e na patrimonialização à brasileira, é a regra.

Indivíduo e cultura patrimonial entre a pluralidade e a universalidade

Em um primeiro momento, detidamente ocupada das falas que se tornam fonte desta análise, tomam-se os comentários dos ministros Abraham Weintraub (então ministro da Educação) e Damares Alves (da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) na reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Apesar de o foco da reunião convocada pelo ministro Walter Souza Braga Netto (então da Casa Civil) ter sido a apresentação de um plano de retomada econômica para o país após o período de pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), os temas levantados pelos ministros e pelo presidente do Brasil versaram sobre assuntos muito diferentes do proposto, e é justamente nesta liberdade de expressão apropriada pelos gestores federais que se busca analisar o descrédito à diversidade cultural e seu reconhecimento em favor de um sujeito universal.

A ministra Damares Alves assim disse ao pedir a palavra na reunião, sublinhando a importância que os “valores” devem ter na necessária reconstrução de políticas públicas brasileiras em um cenário pós-pandemia, fugindo da construção de políticas por meio de “achismos” e “talvez” como, segundo ela, se fazia até o governo Bolsonaro:

[...] eu preciso fazer sempre isso para que a gente não perca o foco: a questão de valores, ministro. Esse governo tem o pilar dos valores. [...] É um país plural. Quando a gente foi buscar os povos tradicionais, agora, para construir o enfrentamento ao Coronavírus, nós descobrimos, ministros, que nós temos um milhão e trezentos mil ucranianos no Brasil – e ninguém nunca falou de ucranianos para nós, no Brasil – com a sua cultura totalmente preservada no Brasil. Nós estamos com um milhão e quinhentos mil ciganos – e eu falava de um milhão e trezentos mil. [...] Os nossos seringueiros são em números maiores do que a gente imagina, no Brasil. [...] **Os nossos quilombos estão crescendo e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá** (ALVES, 2020, grifo meu).

Por sua vez, o então ministro Abraham Weintraub, em meio a ataques às instituições democráticas e às regras da democracia, afirma veementemente a atomização do que seria ser brasileiro em torno de um modelo ideal:

Odeio o termo “povos indígenas”. Odeio esse termo. Odeio! “Povos ciganos”... Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro. Só tem um povo! Pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro. [Tem que] Acabar com esse negócio de povos e privilégios, só pode ter um povo! (WEINTRAUB, 2020, grifos meus).

Na fala dos dois ministros, que não falam por si apenas, mas por um coletivo social e, em especial e principalmente, de governo e de proposição de certo sujeito nacional imaginado ou mítico, há uma clara crítica a quaisquer modelos de pluralismo sociocultural, apesar de o ser citado na fala de Damares Alves. Sobretudo, o que se ressalta é o reconhecimento epistêmico e discursivo da existência das diferenças ao mesmo tempo em que se tenta negá-las, falando em nome de “um povo” ou da necessidade de assimilar os valores “do quilombo”, muito provavelmente com a intenção de expansão do modelo tomado pelo seletivo grupo como ideal e das práticas de silenciamento, apagamento ou ignorância da diversidade. Os entremeios das relações pela narrativa e pela ideologia que esta carrega, observável nas falas sublinhadas, pedem a consciência de que a vida político-pública se dá nas ações e no plano propriamente narrativo (da linguagem, do texto, da fala etc.), “e a produção ideológica não cessa de acompanhar o conjunto dos empreendimentos, das tentativas e das decisões” (ANSART, 1978, p. 10).

Com especial atenção ao marcador social da diferença *raça*, mais especificamente na racialização das relações socioculturais dos grupos e indivíduos negros brasileiros, se nota, na primeira fala, uma profunda preocupação com “valores”, uma vez que, com a expansão numérica dos quilombos, os “valores” apropriados pelos novos quilombolas são propriamente os do quilombo ao qual pertencem. Ao começo da fala da ministra Damares Alves, em uma reunião sobre retomada econômica, a primeira sensação é de referência a valores monetários ou planos de desenvolvimento econômico, mas, com mais atenção ao discurso, se nota que a preocupação está voltada aos valores morais, subjetivos, formativos e culturais. Dessa maneira, é, de fato, um problema para o governo federal a manutenção dos valores, das culturas intactas, de ciganos, quilombolas, seringueiros e ucranianos no Brasil. Estas devem ser esterilizadas e catequizadas via o modelo de sujeito intencionalmente moldado pelo intelecto (*sic*) governamental.

Na segunda fala, o então ministro Abraham Weintraub retoma uma narrativa moderna, da formação dos Estados-nação, diminuindo a parca dignificação conquistada e ainda insuficiente das diversidades culturais, com uma fala de obliteração da diferença. Na visão daquele gestor, que enquanto esteve no executivo federal brasileiro foi visto como um dos mais combativos da chamada “ala ideológica” (que trabalharia em harmonia com a “ala técnica” do governo), a essencialização em torno da ideia de um só povo não é somente ideal, mas uma necessidade a ser cumprida, nem que pela força do ódio. Assim sendo, independentemente da *raça*, de acordo com Weintraub, há de se entender como partícipe de um todo nacional, o que poderia não ser violento, mas o é, dado que não se trata de uma ideia meramente contratualista de união das partes, e sim de uma negação não só à diversidade das partes, mas também da possibilidade da existência delas. A prática contratualista é, assim, ignorada ao mesmo tempo em que dela se resguardam o caráter idealista e uma perspectiva ético-política estilizada. Esta, registre-se, é uma das características do *Ur-Fascismo (Fascismo Eterno)*, conceituada por Umberto Eco: entender o pertencimento à nação pelo nascimento em um mesmo país como a maior virtude identitária desmerecendo as variações (ECO, 2018, p. 50), fazendo com que as diferenças existentes na diversidade cultural sejam minimizadas em força e potência, quando não eliminadas tanto quanto possível.

Ao apontar para a administração consciente das subjetividades em prol da formação de uma unidade social e cultural (o *Povo*), os ministros (e também o todo governante da gestão Jair Bolsonaro) apontam também – estejam eles cientes disso ou não – para a manutenção de valores propriamente eurocentrados que formaram as bases da modernidade que colonizou o Brasil de modo violento pela ocupação de suas

terras e dominação de seu povo originário. O “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (GROSGUÉL, 2008, p. 118; BERNARDINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016, p. 17), originado já quando da ocupação do território latino-americano, é o operador histórico do sujeito universal, do conhecimento como produzido a partir da relação sujeito-objeto, dos Estados-nação, do patrimônio cultural e articulador de uma epistemologia tornada dominante, e esta, “embora travestida de neutra e universal, é masculina e branca” (2016, p. 20).

Simplificando a diversidade sociocultural em torno do modelo euro-estadunidense (branco, masculino, heteronormativo, patriarcal, colonialista, cristão, do liberalismo econômico) – em diferentes momentos representado no termo “cidadão de bem” – o discurso e a prática do governo Jair Bolsonaro ignoram, no caso do grupo afro-brasileiro, séculos de subalternidade imposta, conquistas realizadas a partir de muita resistência e luta contra o sistema histórico que o oprime e, mormente, a necessidade contemporânea de resguardar os pequenos e essenciais avanços realizados.

Como apontam Martha Campos Abreu e Livia Nascimento Monteiro sobre as culturas afro-brasileiras e suas relações com a oficialização da cultura pelo Estado:

As culturas afro-brasileiras nem sempre foram consideradas patrimônios, muito menos patrimônios culturais do Brasil. Perseguidas historicamente ou vistas como folclore e vestígios de um passado que tendia a desaparecer pelas pressões da modernidade, só recentemente começaram a ser consideradas por especialistas da cultura e pelos próprios detentores como patrimônios (ABREU; MONTEIRO, 2020, p. 241).

O largo passado brasileiro – e ocidentalizado – de silenciamento ou de desprestígio ou ainda de não dotação de caráter de dignidade cultural enquanto patrimônio aplicado às culturas africanas e afrodescendentes é não só tema histórico, mas também, como se vê pela pouca idade das conquistas e pelas insistentes tentativas e decisões ideológicas operadas no âmbito estatal (como apontou Pierre Ansart), atualidades de profunda dimensão e afetações socioculturais tão variadas quanto as possibilidades de cada contexto. Ao passo em que silenciava as produções culturais negras, a modernidade sublinhava a branca, eurocêntrica (ou eurocentrada). No campo patrimonial, como exemplo de produção e repetição de uma hegemonia eurocentrada que privilegia-se enquanto silencia a diversidade marcada pela raça, podemos notar essa desigualdade na fala de Henry Louis Gates Jr., historiador estadunidense que visitou a América Latina quando da produção de uma série de documentários em 2010, experiência posteriormente publicada em livro sob o título *Os Negros na América Latina*. Visitando o Brasil, Gates Jr. conheceu o carnaval, o candomblé, a capoeira e sobre sua chegada à Minas Gerais registrou:

Impressionou-me o novo ambiente. Diamantina era uma cidade colonial portuguesa, fundada em 1710 e preservada quase à perfeição. Há desenhos da cidade de trezentos anos atrás que reproduzem quase o mesmo aspecto da cidade hoje. Contudo, no século XVIII, a cidade era um centro movimentado, ao passo que hoje é uma cidade universitária e turística (GATES JR., 2014, p. 54).

Na narrativa acima é possível observar o mecanismo essencial do modo patrimonial da epistemologia tradicional moderna mantida até os dias atuais: a preocupação com estéticas, objetos, lugares e tipos modernos e ocidentais para a formulação abstrata de um pertencimento pretensamente neutro aplicável e aplicado a todos, independentemente das idiosincrasias culturais e/ou identitárias. Este discurso histórico é o que se encontra, também, na fala dos ministros que nesta análise são entendidos como indivíduos metonímicos, dado que falam por si, mas também por um coletivo: o governo executivo federal formado após a eleição de Jair Bolsonaro.

A título de análise comparativa, podemos observar nas imagens abaixo, de épocas diferentes, a proximidade do conteúdo representado, demonstrando como a cidade de Diamantina foi preservada. Isso não se deu por acaso, mas porque o discurso eurocentrado moderno repetido no Brasil elegeu as

características presentes nesta cidade como ideais culturais, tornados patrimônio por talvez sintetizarem a ação sociocultural da humanidade no Brasil (ao menos pelo discurso), a saber: os grandes ciclos econômicos, a ação masculina, branca e católica e um modelo estético específico, silenciando, e se esforçando em apagar, alguma participação afro-brasileira que não fosse pela chave da dominação colonialista via escravização. Nos exemplos está a Rua Direita (anteriormente chamada de Rua Tiradentes), que pode ser identificada pelo casario apresentado do lado direito das fotografias, exemplificando o esforço de preservação da realização material da história de caráter eurocentrado.

Figura 1 – Rua Direita em 1868, segundo BORSAGLI; MEDEIROS, s.d., s.p. [10].



Fotografia: A. Riedel.
Fonte: QUEIROZ, 2010, p. 60.

Figura 2 – Rua Direita na década de 1920.



Fonte: QUEIROZ, 2010, p. 18.

Figura 3 – Vista da Rua Direita na década de 1920, desde a Rua das Mercês.



Fonte: QUEIROZ, 2010, p. 61.

Figura 4 – Rua Direita na década de 2010.



Fonte: www.mineironaestrada.com.br

Neste caso de Diamantina, o que se sublinha é o modelo, o exemplo da prática patrimonial brasileira. A cidade e seu rosto estão preservados tanto quanto possível por legislações e práticas de gestão, sendo celebrados e passados geracionalmente. Ocorre que não se pode, isto sim, anestesiar da estética colonialista econômica exploratória as cargas racistas, violentas, silenciadoras aplicadas sobre os grupos negros. Em palavras mais objetivas: é silenciando – e tentando apagar a presença sociocultural negra – que o patrimônio colonial, imperial e republicano brasileiro se constitui, justifica e reproduz.

Em outro exemplo, se comparados de maneira numérica simples, a produção de patrimônio cultural religioso branco às negras, a primeira – parte da hegemonia moderna ainda vigente – encontra muito mais espaço nas listas e nos livros tombo que a segunda. Foi em 1984 o tombamento do primeiro terreiro de candomblé pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador/BA, ao passo que em 1938 (com quase cinquenta anos de antecedência) o mesmo órgão federal tombou mais de 230 bens espalhados pelo país, dentre eles os conjuntos de arquitetura e urbanismo das cidades mineira do ciclo do ouro, como a Diamantina visitada por Gates Jr. Portanto, é da prática normatizada do patrimônio cultural no Ocidente, reproduzida no Brasil por meio da colonização política, econômica, cultural, mental e epistêmica, debruçar-se sobre as produções eurocentradas enquanto silencia produções não eurocentradas em geral, neste caso específico negras.

Considerações finais

Tendo em vista o que foi apresentado, as falas do então ministro Abraham Weintraub e da ministra Damares Alves são sintomas de uma prática social mais ancorada que o imediatamente imaginado quando se assiste o vídeo da reunião ministerial de 22 de abril de 2020. Em outro ponto, é fato que é no governo Bolsonaro o momento em que se pode perceber uma atomização em torno de um ideal de “povo brasileiro”, de nação que, pelos valores e pelos discursos operados, é branca, cristã e com práticas e horizontes profundamente eurocêntricos e fruto da colonialidade em vigência secular.

As formas de violência produzidas e possibilitadas por este comportamento são muito difíceis de serem totalmente mapeadas e catalogadas. Em especial porque quando a esfera da representação, com todos os seus defeitos e seus louros, produz discurso de legitimação da violência e do silenciamento, as práticas sociais empíricas dissolvidas no cotidiano, nas vidas ordinárias de trabalhadores, estudantes, artistas, professores, merendeiros, certamente estão em efervescência oferecendo ancoragem para o que a representação emana. Há dissonâncias entre a teoria da representação e a prática da representação, isto é certo, mas no Brasil, infelizmente, é possível notar no histórico recente do patrimônio e das artes que a intolerância, o posicionamento odioso e as falas vociferadas são uma constante.

Ao se sublinharem discursos como os aqui tomados como objetos de análise e os mesclar aos estudos do patrimônio em sentido historicizado e também com as práticas patrimoniais “tradicionais” brasileiras em ação na atualidade, nota-se que a manutenção da colonialidade, além de um fato, é um instrumento eleito de maneira consciente pelos que governam (*sic*) o Brasil e os brasileiros. O caso comparado da cidade de Diamantina poderia ser alterado por quase qualquer outro das listas do patrimônio cultural brasileiro, como as ruínas de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, ou o centro histórico de Paranaguá, no litoral paranaense. Isto porque em todos estes casos tornados exemplos nacionais, ícones do e para o *Povo*, porquê patrimônios, servem-se desta lógica ancorada na história do Brasil de silenciamento e conformidade das violências práticas e simbólicas.

Por fim, entende-se que esta prática de conformação da atualidade com a violência histórica está no seio da produção e manutenção do patrimônio cultural brasileiro, em sua maioria. Esta aceitação sutil e subjetiva trabalhada pela administração das cargas simbólicas de passado, memória, identidade teve certos auges como durante a Era Vargas (1930-1945), sobretudo a partir do Estado Novo (1937) – quando, inclusive, se formaliza a política de Estado com o tema patrimonial. Entretanto, o governo de Jair Bolsonaro, a despeito das promessas da Redemocratização e da Constituição Cidadã, demonstra que estas práticas não só não estão resolvidas como ainda são instrumentos produtores de máculas muito ativos, com as caldeiras do ressentimento e com as fogueiras do ódio queimando a altas temperaturas no Brasil do século XXI.

Referências

- ABREU, M. C.; MONTEIRO, L. N. Patrimônios Afro-brasileiros. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 241-243.
- AGAMBEN, G. O Que é um Povo? In: AGAMBEN, G. **Meios Sem Fim: notas sobre a política**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 35-40.
- ALMEIDA, S. L. de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANSART, P. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Coleção Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOQUEL, R. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, jan.-abr., 2016. p. 15-24.
- BORSAGLI, A.; MEDEIROS, F. G. L. **História Econômica da Cidade de Diamantina/MG**. S.d. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/arquivos/alessandro-borsagli-fernanda-guerra-lima-medeiros.pdf>>. Acesso em: 8 mai. 2021.
- ECO, U. **O Fascismo Eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- GATES JR., H. L. **Os Negros na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GUIMARÃES, A. S. A. Identidades Negras no Brasil: ideologias e retóricas. In: SALLUM JR., B.; SCHWARCZ, L. M.; VIDAL, D.; CATANI, A. (Orgs.). **Identidades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- GROSGOQUEL, R. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 80., mar., 2008. p. 115-147.
- MONDZAIN, M-J. **A Imagem Pode Matar?** Lisboa: Nova Vega, 2009.
- OYĚWŪMÍ, O. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects In: COETZEE, P. H.; ROUX, A. P. J. (Eds.). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento.
- QUEIROZ, M. da G. S. **Diamantina: imagens**. Brasília: Iphan, 2010. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Collmg3_Diamantina_m.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- SANTIAGO JUNIOR, F. das C. F. Cultura Visual e Patrimônio. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 117-122.
- SOARES, L. E. A Crise do Contratualismo e o Colapso do Sujeito Universal. **Anuário Antropológico/90**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. P. 109-123.
- VELHO, G. **Um Antropólogo na Cidade: ensaios de antropologia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

Submetido em: 14.05.2021

Aceito em: 16.08.2021